



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Saúde 3ª - SUPEL-COSAU3

ADENDO

ADENDO MODIFICADOR Nº 01

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90197/2024/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0036.109115/2022-75

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**, com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**, Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**, Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**, Hospital Regional de Buritis-**HRB**, Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**, Hospital Regional de Cacoal-**HRC**, Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**, Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JPII**, Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE** e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**, pelo período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através da Pregoeira nomeada por meio da Portaria nº 80 de 13 de maio de 2025, publicada no DOE do dia 21 de maio de 2025, torna público aos interessados e em especial, às empresas que adquiriram o Edital, que o Instrumento Convocatório bem como seus anexos (Termo de Referência) sofreram alterações conforme segue:

I - FICA ALTERADO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

ONDE SE LÊ:

ANEXO I - Termo de Referência e Minuta de Contrato (0057847752);

(...)

ANEXO VII - Planilha de custo (0057560374 e 0057560409).

ANEXO VIII - Planilha Estimativa do Valor das Diárias (0057560625).

LEIA-SE:

ANEXO I - Termo de Referência e Minuta de Contrato (0060367039);

(...)

ANEXO VII - Planilha de custo (0060357605 e 0060357848) .

ANEXO VIII - Planilha Estimativa do Valor das Diárias (0059554811).

ONDE SE LÊ:

ORÇAMENTO ANUAL: R\$ 65.616.265,44 (sessenta e cinco milhões e seiscentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

LEIA-SE:

ORÇAMENTO ANUAL: R\$ 72.983.549,61 (setenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e

nove reais e sessenta e um centavos).

II - FICA ALTERADO NO TERMO DE REFERÊNCIA

II.I - Fica excluído o item 3.2.2.13:

3.2.2.13. Fica assentido a contratação da mão de obra (Motorista/Socorrista, Técnico de Enfermagem, Enfermeiro e Médico) via Contrato PJ (contrato firmado entre duas empresas) por parte da Contratada, devendo a Contratada comprovar e validar por meio de documentações pertinentes os possíveis contratos.

II.II - Ficam inclusos os itens:

3.2.9. Os veículos (ambulâncias) deverão possuir no máximo 03 (três) anos de fabricação, visando atender com eficiência e qualidade ao escopo do serviço, tendo em vista a complexidade de sua execução, bem como justifica-se tal exigência em virtude da garantia da integridade dos pacientes a serem transportados, caso este que já fora apreciado pelo TCE, conforme Acórdão AC1-TC 00820/24, destacam-se os seguintes pontos:

- a)** Manutenção e Confiabilidade: Veículos com mais de três anos podem exigir mais manutenção, o que pode afetar a confiabilidade no momento de uma emergência.
- b)** Impacto na Qualidade do Serviço: A utilização de ambulâncias mais novas e seguras pode resultar em um atendimento mais eficiente e adequado, impactando positivamente a saúde dos pacientes.
- c)** Análise de Custo-Benefício: É importante considerar o equilíbrio entre o custo de manutenção de veículos mais antigos e o investimento na aquisição de novos, levando em conta a segurança e a eficiência do serviço.

3.2.9.1. Esses elementos servem para contextualizar a utilização de um prazo de até 03 (três) anos para o uso de ambulâncias, destacando a relevância da segurança e da eficiência no atendimento à saúde.

e

14.1.17. Ofertar local de descanso para os prestadores de serviço terceirizado, quando estes executarem suas atividades nas dependências das unidades hospitalares de responsabilidade desta Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

II.III - Ficam alterados os seguintes itens:

LEIA-SE:

1.2. Unidade Requisitante: Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**; Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**; Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**; Hospital Regional de Buritis-**HRB**; Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**; Hospital Regional de Cacoal-**HRC**; Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**; Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JP II**; Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE**; e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**.

LEIA-SE:

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**, com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**, Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**, Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**, Hospital Regional de Buritis-**HRB**, Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**, Hospital Regional de Cacoal-**HRC**, Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**, Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JP II**, Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE** e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**, pelo período de 12 (doze) meses.

LEIA-SE:

7.1. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Cidade de Porto Velho
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON Endereço: Av. Guaporé, 215 - Lagoa, Porto Velho - RO, 78918-791
Hospital de Retaguarda de Rondônia - HRRO Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 2718 - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO
Policlínica Oswaldo Cruz - POC Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3862 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-096
Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar- SAMD Endereço: Rua Aparício de Moraes, bairro industrial, nº 1067, Porto Velho - RO, CEP: 76821-094
Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP II Endereço: Av. Campos Sales, nº 4295 - Bairro Nova Floresta - Porto Velho/RO.
Hospital de Retaguarda de Rondônia - HRRO Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 2718 - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO
Centro de Medicina Intensiva - AMI Endereço: Rua Geraldo Siqueira, 4436 - Caladinho, Porto Velho - RO, 76810-660
Hospital Regional de Extrema - HRE Endereço: Rua Abunã, 308 - Extrema, Porto Velho - RO
Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD Endereço: Rua Benedito de Souza Brito, 4045, Industrial, Porto Velho - RO.
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP Endereço: Av. Gov. Jorge Teixeira, 3766 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092
Cidade de Buritis
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Hospital Regional de Buritis - HRB Endereço: Rua Vale do Paraíso, 2340 - Setor 3, Buritis - RO, 76880-000.
Cidade de São Francisco do Guaporé
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Hospital Regional São Francisco do Guaporé - HRSF Endereço: Avenida Brasil, s/n, São Francisco do Guaporé - RO, 76935-000
Cidade de Cacoal
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Hospital Regional de Cacoal- HRC Endereço: Av. Malaquita, 3581 - Josino Brito, Cacoal - RO, 76.961-887.
Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal - HEURO Endereço: Av. Rosilene Xavier Transpadini, 2200 - Jardim Eldorado, Cacoal - RO, 76.963-767

Quadro 07: local de execução dos serviços.

LEIA-SE:

9. DO PAGAMENTO

9.1. O valor mensal da contratação corresponderá ao ressarcimento dos serviços efetivamente prestados pela contratada. O pagamento deduzirá da respectiva Nota de Empenho Estimativa apenas a parcela relativa aos serviços e peças realmente reconhecidos como prestados no mês, deduzindo-se as glosas não solucionadas no mesmo período.

9.2. Insta salientar que o pagamento seguirá conforme estipulado no Art. 188 do Decreto n.º 28.874/2024, ou seja:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;

VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser

atuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

9.3. Por conseguinte, a nota fiscal deverá ser emitida em favor do:

a) Fundo Estadual de Saúde - RO.

b) CNPJ Nº: 00.733.062/0001-02.

c) Endereço: Av. Farquar, 2986, Complexo Rio Madeira, Edifício Rio Machado (Entrada pela PIO XII) – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO.

9.4. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

a) A descrição detalhada do item;

b) Valor e o período do fornecimento do objeto/da prestação do serviço;

c) Identificação de Número do Processo e Identificação da Nota de empenho;

d) Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.

9.5. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, consoante o disposto no art. 190 do Decreto 28.874/2024.

9.6. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão, ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

9.7. Na hipótese da contratada não estar regular perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos serão remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

9.8. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciária, o pagamento será retido até a regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.9. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.11. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

9.12. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.13. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

9.14. Conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, e com a Instrução Normativa nº 34/2023/SEFIN-COTES, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre os

valores pagos à CONTRATADA, nos casos legalmente previstos, incluindo rendimentos oriundos de fornecimento de bens ou prestação de serviços.

LEIA-SE:

11. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

11.1. O valor estimado da contratação é R\$ 5.960.175,28 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil cento e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos) mensal e de R\$ 71.522.103,36 (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil cento e três reais e trinta e seis centavos) anual, conforme Planilha de Referência - PDF (0060357605), ficando detalhado da seguinte forma:

I - Lote I estimado em R\$ 1.474.974,96 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos) mensal e em R\$ 17.699.699,52 (dezesete milhões, seiscentos e noventa e nove mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos) anual.

a) HOSPITAL DE BASE DR. ARY PINHEIRO - HBAP: R\$ 459.626,36 (quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) mensal e R\$ 5.515.516,32 (cinco milhões, quinhentos e quinze mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) anual.

b) HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS- HRB: R\$ 509.608,58 (quinhentos e nove mil seiscentos e oito reais e setenta e cinquenta e oito centavos) mensal e R\$ 6.115.302,96 (seis milhões, cento e quinze mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) anual.

c) HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO - HICD: R\$ 505.740,02 (quinhentos e cinco mil setecentos e quarenta reais e dois centavos) mensal e R\$ 6.068.880,24 (seis milhões, sessenta e oito mil oitocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos) anual.

II - Lote II estimado em R\$ 1.220.058,80 (um milhão, duzentos e vinte mil cinquenta e oito reais e oitenta centavos) mensal e em R\$ 14.640.705,60 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta mil setecentos e cinco reais e sessenta centavos) anual.

a) CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON: R\$ 405.138,84 (quatrocentos e cinco mil cento e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos) mensal e R\$ 4.861.666,08 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e oito centavos) anual.

b) HOSPITAL REGIONAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - HRSF: R\$ 814.919,96 (oitocentos e quatorze mil novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) mensal e R\$ 9.779.039,52 (nove milhões, setecentos e setenta e nove mil trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos) anual.

III - Lote III estimado em R\$ 614.753,76 (seiscentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos) mensal e em R\$ 7.377.045,12 (sete milhões, trezentos e setenta e sete mil quarenta e cinco reais e doze centavos) anual.

a) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DOMICILIAR - SAMD: R\$ 54.487,52 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mensal e R\$ 653.850,24 (seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) anual.

b) POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC: R\$ 54.487,52 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mensal e R\$ 653.850,24 (seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) anual.

c) HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA - HRE: R\$ 505.778,72 (quinhentos e cinco mil setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos) mensal e R\$ 6.069.344,64 (seis milhões, sessenta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) anual.

IV - Lote IV estimado em R\$ 1.631.170,60 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil cento e setenta reais e sessenta centavos) mensal e em R\$ 19.574.047,20 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e quatro mil quarenta e sete reais e vinte centavos) anual.

a) HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II – JPII: R\$ 967.530,36 (novecentos e sessenta e sete mil quinhentos e trinta reais e trinta e seis centavos) mensal e R\$ 11.610.364,32 (onze milhões, seiscentos e dez mil trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) anual.

b) ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA 24H - AMI: R\$ 304.576,36 (trezentos e quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e trinta e seis centavos) mensal e R\$ 3.654.916,32 (três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil novecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) anual.

c) HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - HRRO: R\$ 359.063,88 (trezentos e cinquenta e nove mil sessenta e três reais e oitenta e oito centavos) mensal e R\$ 4.308.766,56 (quatro milhões, trezentos e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) anual.

V - Lote V estimado em R\$ 1.019.217,16 (um milhão, dezenove mil duzentos e dezessete reais e dezesseis centavos) mensal e em R\$ 12.230.605,92 (doze milhões, duzentos e trinta mil seiscentos e cinco reais e noventa e dois

centavos) anual.

a) HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO: R\$ 509.608,58 (quinhentos e nove mil seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos) mensal e R\$ 6.115.302,96 (seis milhões, cento e quinze mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) anual.

b) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC: R\$ 509.608,58 (quinhentos e nove mil seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos) mensal e R\$ 6.115.302,96 (seis milhões, cento e quinze mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) anual.

11.2. O Valor estimado para o pagamento de diárias (0057560625) aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT será de:

11.3. LOTE I ANUAL: R\$ 391.091,25 (trezentos e noventa e um mil noventa e um reais e vinte e cinco centavos);

11.4. LOTE II ANUAL: R\$ 308.756,25 (trezentos e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos);

11.5. LOTE III ANUAL: R\$ 144.086,25 (cento e quarenta e quatro mil oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos);

11.6. LOTE IV ANUAL: R\$ 329.340,00 (trezentos e vinte e nove mil trezentos e quarenta reais);

11.7. LOTE V ANUAL: R\$ 288.172,50 (duzentos e oitenta e oito mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos);

11.8. TOTAL ANUAL: R\$ 1.461.446,25 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), retirado da Planilha Estimativa do Valor das Diárias. (0057560625).

11.9. TOTAL DA CONTRATAÇÃO SERVIÇOS + DIÁRIAS = R\$ 72.983.549,61 (setenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos).

LEIA-SE:

13. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MPE

13.1. Em razão do potencial comprometimento na execução do objeto licitatório devido à indivisibilidade do item, a cota de 25% prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não será aplicada nesta contratação.

13.2. Igualmente, o critério de exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não será implementado, visto que o valor da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00, conforme disposto no Art. 48, Inciso I, da mencionada lei.

13.3. Sendo assim, não se aplicará o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas referidas no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual (MEI), conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015. Dado que a licitação não se enquadra nos critérios do Art. 47 da Lei nº 123/2006, por não incluir itens divisíveis ou participação exclusiva de ME/EPP, aplica-se o disposto no Art. 49, Inciso III, da referida legislação.

LEIA-SE:

14.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.2.20. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos (como combustível, troca de óleo e reparos mecânicos necessários a sua manutenção), oxigênio, ar comprimido e alimentação dos profissionais que compõem a equipe de trabalho da contratada.

LEIA-SE:

15. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

15.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

Quadro X - Resumo dos quantitativos mínimos de de experiência prévia similar ao objeto desta licitação por lote.

ORDEM	LOTE	QUANTIDADE DE VEÍCULOS MÍNIMA POR LOTE	TIPO DE VEÍCULO/AMBULÂNCIA	PRAZO
1	LOTE I - HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO-HBAP e HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS-HRB	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO
2	LOTE II - CENTRO DE MEDICINA TROPICAL-CEMETRON e HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-HRSF	1	TIPO "D" (UTI Móvel)	1 ANO

3	LOTE III - HOSPITAL RETAGUARDA DE RONDÔNIA-HRRO, POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ-POC E HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA-HRE	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO
4	LOTE IV - HOSPITAL ESTADUAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II-HEPSJP II, ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA-AMI E SERVIÇO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DOMICILIAR-SAMD	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO
5	LOTE V - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL-HEURO E HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL-HRC	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO

III - Fica alterada a data de abertura da sessão conforme abaixo, em atendimento ao disposto no § 1º, do Art. 55, da Lei 14.133/2021:

DATA: 16/06/2025

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília – DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

DATA LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL: 11/06/2025

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto a Pregoeira e à Equipe de Apoio através do telefone (69) 3212-9243 ou pelo e-mail:

cosau3@supel.ro.gov.br

Porto Velho - RO, 29 de maio de 2025.

Marina Dias de Moraes Taufmann
Portaria nº 80 de 13 de maio de 2025
Pregoeira da Comissão Saúde 3 - SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Marina Dias de Moraes Taufmann**, **Pregoeiro(a)**, em 29/05/2025, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060654385** e o código CRC **5BF1F7DE**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0036.109115/2022-75

SEI nº 0060654385